

DECRETO Nº 167 DE 13 DE JANEIRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INCENTIVOS A INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S.A. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE HORIZONTE**, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 83, VI da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no § 1º do art. 1º da Lei nº1.279, de 15 de março de 2019.

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S.A. a

DECRETA

Art. 1° A pessoa jurídica INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S.A, portadora do CNPJ/MF 11.507.415/0001-72, com filial estabelecida na Av. Juarez Correia Lima, 179, Distrito Industrial, Horizonte, Ceará, sob o CNPJ n°.11.507.415/0007-68 fica isenta do pagamento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza — ISSQN, incidente sobre a execução das obras de implementação ou ampliação da empresa referente aos imóveis destinados à implantação de sua unidade industrial/comercial neste Município e das demais áreas necessárias à viabilização do projeto.

Art. 2° A pessoa jurídica INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S.A, também fica isenta:

I – do pagamento do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU incidente sobre o imóvel de sua unidade fabril:

II – do pagamento das taxas de construção e execução de obras.

III – dos Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), este com isenção de 50% (cinquenta por cento), não podendo ser inferior ao mínimo estabelecido na Constituição Federal.

IV – do pagamento de 50% (cinquenta por cento) da taxa e licença para localização e funcionamento.

V – do pagamento de 100% (cem por cento) de Impostos sobre a Transmissão Onerosa de Bens Imóveis (ITBI), por ato oneroso, quando a aquisição do imóvel for destinada à implantação do empreendimento.

Parágrafo Único. Nos casos em que o ISSQN estiver vinculado a execução de obra de infraestrutura do empreendimento beneficiado, haverá isenção de 100% (cem por cento) no pagamento do referido imposto, nos termos do art. 4º, alínea "c" da Lei 1.279 de 15 de março de 2019.

Art. 3° Os benefícios previstos neste Decreto não serão suspensos ou suprimidos em decorrência de autuações, lançamentos, procedimentos fiscalizatórios iniciados pelo Município, bem como todo e qualquer recurso, impugnação, defesa, medida judicial ou qualquer outro meio em que a empresa INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S.A., discuta créditos tributários, enquanto não houver decisão final irrecorrível contrária à empresa.

Avenida Presidente Castelo Branco, 5100, Centro, CEP - 62880-060 CNPJ: 23.555.196/0001-86 (85) 3336-6000 | (85) 3336-6001





Art. 4º O disposto neste decreto não exclui a atribuição legal da condição de responsável pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não dispensa da prática de atos, previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias.

Art. 5° Os benefícios previstos neste Decreto não serão suspensos ou suprimidos em decorrência de autuações, lançamentos, procedimentos fiscalizatórios iniciados pelo Município, bem como todo e qualquer recurso, impugnação, defesa, medida judicial ou qualquer outro meio em que a INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S.A. discuta créditos tributários, enquanto não houver decisão final irrecorrível contrária à empresa.

Art. 6º Os benefícios previstos neste decreto são aplicáveis até o dia 31 de dezembro de 2022.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021, revogando-se disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA DE HORIZONTE, 13 DE JANEIRO DE 2022.

PREFEITO DE HORIZONTE

Avenida Presidente Castelo Branco, 5100, Centro, CEP - 62880-060 CNPJ: 23.555.196/0001-86 (85) 3336-6000 | (85) 3336-6001



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certificamos para os devidos fins que o DECRETO Nº 167/2022, de 13 de janeiro de 2022, que "DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INCENTIVOS A INDÚSTRIAS REUNIDAS RAYMUNDO DA FONTE S.A. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS " foi publicizado, nessa data, no átrio da Prefeitura, Paco Municipal, e no átrio da sede da Secretaria Municipal de Planejamento e Administração.

Certificamos que, conforme a decisão do STJ, em recurso especial nº 010.5232 (96/0056484/CE), não havendo no Município Imprensa Oficial ou Diário Oficial, a publicização de suas Leis e Atos Administrativos pode ser feita por afixação na Prefeitura, Câmara Municipal etc.

E por ser esta a expressão da mais legítima verdade, datamos e assinamos a presente CERTIDÃO para que surta seus efeitos legais e jurídicos.

Horizonte, Ceará, 13 de janeiro de 2022.

Chefe de Gabinete

a Ribino do Mascimento

Secretário Municipal de Planejamento e Administração



